

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PROJETO DE LEI DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2019. Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 18hs, nas dependências da Câmara Municipal de Mairiporã, Estado de São Paulo, atendendo as disposições da Lei Complementar Nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal foi dada início a audiência pública para apresentação do Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2019. A Secretária Municipal da Fazenda Andréa Figueira Barreto Vilas Boas abriu os trabalhos expondo sobre o amparo legal e conceito da peça de planejamento denominada Lei Orçamentária Anual, reforçando que as metas físicas e financeiras previstas no PPA tomam forma na LOA através do regramento Contábil e, portanto uma linguagem muito técnica para aqueles que não estão acostumados. Nessa toada explicou que as despesas são representadas por um órgão executor cujo número está assim representado: 01 – Câmara Municipal, 02 Gabinete do Prefeito, 03 - Subprefeitura de Terra Preta, 04 - Governo, 05 -Administração, 06 - Procuradoria, 07 - Fazenda, 08 – Saúde; 09 – Educação; 10 – Esporte, Cultura e Lazer, 11 – Desenvolvimento Social, 12 – Obras e Serviços, 13 – Habitação; 14 - Meio Ambiente; 15 – Desenvolvimento Econômico e Turismo, 16 – Segurança Pública, Trânsito e Mobilidade. Após passou a tratar das fontes de financiamento; ou seja; das receitas. Nesse momento a Secretária colocou que o orçamento possui muitas receitas vinculadas cujo objetos de aplicação não podem ser aplicados em finalidade diversa de sua origem e que portanto o valor total da receita deve ser analisado segundo suas fontes de financiamento. Explicou ainda que quando se trata de orçamento deve-se trabalhar com as receitas e despesas dos entes do município, seguindo os princípios orçamentários. Dessa forma os entes que arrecadam são a Prefeitura e o Instituto de Previdência Municipal, cujo as receitas estão assim representadas: 90,49% que corresponde a R\$ 231.197.258,00 são provenientes da prefeitura e 9,51% que corresponde a R\$ 24.298.378,00 são do Instituto de Previdência. Ressaltou que parte da arrecadação do Instituto é proveniente da Prefeitura que efetua os recolhimentos dos encargos sociais para o referido Instituto. Dessa forma o valor final estimado para a Receita é de R\$



255.495.636,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões quatrocentos e noventa e cinco mil seiscentos e trinta e seis reais). Num segundo momento foram demonstradas as arrecadações por categoria e por fonte de financiamento. No caso da prefeitura a composição por fonte de financiamento está assim representada: 65% Tesouro Municipal, 21% Educação, 5% Saúde, 3% convênio, 2% Trânsito, 2% Contribuição de Iluminação Pública, 1% Assistência Social e 1% Vinculado. A Secretária também colocou que é do recurso do Tesouro Municipal que são computados o Duodécimo da Câmara, Aplicação Constitucional do Ensino e da Saúde. Também foi apresentada a evolução da Receita Corrente da Prefeitura de forma a evidenciar como a Crise Econômica está interferindo no Município, ficando assim representado: exercício de 2016 em relação a 2015 – 7,58%, 2017 em relação a 2016 -6,36%, 2018 em relação a 2017 – 2,18% e 2019 em relação a 2018 – 4,10%. Dentro da arrecadação do Instituto temos: 99,72% proveniente de Contribuição Previdenciária, 0,19% de Aplicação Financeira e 0,09% de outras receitas correntes. Dentro ainda da arrecadação do Instituto foi explicado que a receita proveniente da Contribuição da Prefeitura e da Câmara Municipal é computada como Receita Intraorçamentária de forma a garantir que não haja duplicidade no computo da arrecadação total. Findado a explanação sobre receita iniciou a demonstração das despesas orçamentárias. A despesa orçamentária está fixada em R\$ 255.495.636,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais) sendo R\$ 220.676.367,00 destinados a Prefeitura, R\$ 24.879.378,00 ao Instituto de Previdência e R\$ 9.939.892,00 a Câmara Municipal. Distribuídos por grupo de despesa Pessoal e Encargos R\$ 124.703.235,00, Outras Despesas Correntes R\$ 109.335.159,00, Investimentos R\$ 10.515.859,00, Reserva de Contingência R\$ 5.074.578,00, Juros e Encargos da Dívida R\$ 2.697.695,00 e Amortização da Dívida R\$ 3.169.111,00. Distribuídos por Programas de Governo assim representados: atenção básica e estratégia da saúde da família R\$ 18.663.103,00; assistência ambulatorial, emergencial e hospitalar R\$ 23.742.233,00; vigilância em saúde R\$ 2.063.705,00; assistência farmacêutica R\$ 1.473.136,00; gestão do sistema do SUS R\$5.384.751,00; gestão do sistema de ensino R\$ 3.696.819,00; creches com



qualidade R\$12.371.460,00; pré-escolas com qualidade R\$ 9.350.810,00; ensino fundamental com qualidade R\$42.748.250,00; desenvolvimento do ensino médio R\$2.421.324,00; alimentação escolar R\$2.300.639,00; gestão da política de cultura, esporte e de lazer R\$1.440.967,00; promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer R\$500.168,00; cultura em ação R\$1.696.947,300; incentivo a banda marcial, orquestra e coral municipal R\$100.500,00; operação e manutenção da biblioteca R\$329.424,00; fomento a cultura R\$9.000,00; assistência à população carente R\$25.050,00; gestão da política de assistência social R\$4.225.830,00; proteção básica R\$ 1.417.882,00; proteção especial de media complexidade R\$722.235,00; proteção especial de alta complexidade R\$893.156,00; previdência municipal R\$20.454.800,00; gestão da política de infraestrutura R\$ 2.736.939,00; iluminação pública R\$3.641.924,00; obras públicas R\$7.923.452,00; serviços urbanos R\$16.848.365,00; serviços funerários e cemitério R\$480.863,00; gestão da política habitacional R\$506.427,00; gestão territorial R\$100.000,00; regularização fundiária sustentável R\$210.000,00; gestão habitacional R\$ 720.000,00; gestão da política municipal de meio ambiente R\$2.219.892,00; educação ambiental R\$5.000,00; desenvolvimento sustentável R\$20.500,00; gestão das políticas de desenvolvimento R\$1.630.988,00; desenvolvimento de emprego e renda R\$75.000,00; desenvolvimento da indústria, comércio e serviços R\$115.000,00; desenvolvimento do agronegócio R\$53.000,00; desenvolvimento do turismo R\$206.000,00; eficiência e eficácia na gestão pública da câmara municipal R\$9.939.892,00; eficiência e eficácia na gestão pública prefeitura R\$29.978.880,00; comunicação e publicidade R\$755.000,00; modernização e tecnologia da informação R\$448.754,00; defesa civil R\$417.274,00; gestão da política de segurança, transporte e mobilidade urbana R\$2.252.341,00; gestão de transito, transporte e mobilidade urbana R\$2.228.254,00; gestão da guarda municipal R\$1.499.678,00; modernização e estruturação da guarda municipal R\$78.113,00; contribuições a união R\$2.479.028,00; serviço da dívida R\$5.866.806,00; encargos especiais R\$951.500,00 e reserva de contingencia R\$5.074.578,00. Também foram apresentadas as despesas por Secretarias Municipais e estão assim representadas: Gabinete do Prefeito R\$ 1.954.300,00; Subprefeitura de Terra Preta

R\$1.475.649,00; Secretaria Municipal de Governo R\$1.291.335,00; Secretaria Municipal de Administração, Tecnologia e Modernização R\$18.183.393,00; Procuradoria Geral do Município R\$3.362.086,00; Secretaria Municipal da Fazenda R\$15.138.474,00; Secretaria Municipal de Saúde R\$51.326.928,00; Secretaria Municipal de Educação R\$72.889.302,00; Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer R\$4.077.006,00; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social R\$7.259.103,00; Secretária Municipal de Obras e Serviços R\$31.631.542,00; Secretaria Municipal de Habitação R\$1.536.427,00; Secretaria Municipal do Meio Ambiente R\$2.245.392,00; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo R\$2.079.988,00; Secretaria Municipal de Segurança, Transporte e Mobilidade Urbana R\$6.225.441,00. Foram apresentados os índices de aplicação em Educação 26,18%, Saúde 26,87%, Valorização do Magistério (Fundeb) 64,87%. Após a apresentação passou para as perguntas e esclarecimentos das dúvidas do público presente à audiência. Não havendo mais nenhuma manifestação deu-se por encerrada a audiência pública às dezoito horas e trinta e sete minutos e para constar, eu Edneia Teruko Shimura lavrei a presente que segue assinada pela Secretária Municipal da Fazenda, ressaltando que o registro dos presentes nesta audiência encontra-se registrado em lista de presença anexa a presente Ata. Mairiporã, 01 de outubro de 2018.


Andréa Figueira Barreto Vilas Boas
Secretária Municipal da Fazenda



LISTA DE PRESENÇA

| NOME | ÓRGÃO | ASSINATURA |
|------------------------------|---------------------------------|------------|
| Daniel Augusto Romão Isnação | Sec. Pública | |
| MARIA DE LORDESA DANTAS | SEC ADJ. OBRAS | |
| Graziele C.S. Bertelini | Sec. Saúde | |
| Renelle F. Moraes | Sec. Saúde | |
| Cláudia Fernandes Santos | S. D. Social | |
| Esio M. Motori Jr. | Sec. Educacal | |
| Leandro Motralim | CÂMARA | |
| Cleone Pereira do Santos | CÂMARA | |
| Leandro Magalhães | Municipal | |
| Cláudia A. P. Toura | Municipal | |
| Wellington Dias Antero | Municipal | |
| Edneia D. Thumma | Sec. Fazenda | |
| Sergio Roguel | Municipal | |
| J. Roberto M. Silva | SMA | |
| Ruy Marcos de Freitas | Sec. Assessoria | |
| Jonaldes Antonio Silva | Sec. Esportes | |
| Márcio do Prado Bueno | Secretaria Municipal de Governo | |
| José Luis G. Moraes | Coordenador Compras | |
| Maury A. L. da J. | Patrimônio | |
| Marcelo Renan Golla | Procurador | |
| Camila Oliveira | Assessoria | |
| Dolma T. Pereira | Procuradoria | |
| Apostolos Gregório | Procurador | |
| Jonivaldo P. Costa | Procurador | |
| Luís Barbosa | Câmara | |
| João Manoel | Procurador | |

